Esfera civil e a Net

Explorando os meios e oportunidades digitais para o engajamento cívico[1]

Dilvan Azevedo[2]
dil.azevedo@gmail.com

Resumo. Nos últimos anos, houve um considerável aumento no volume de pesquisas enfocando as implicações sociais da Internet. Este estudo trata especificamente do tema do engajamento cívico no interior desta literatura. Seu propósito é investigar as contribuições da internet para a participação civil. Tendo em vista isto, primeiro dedica um esforço na tentativa de reorganizar o debate acerca do declínio do engajamento cívico e o papel que teria a internet em seu revigoramento. Em seguida, procura mostrar, recorrendo a outros estudos, como ferramentas da internet estão sendo utilizadas por atores da esfera civil para ampliar as oportunidades de engajamento. Termina avaliando as contribuições da internet para a vida cívica.

Palavras-chave: Esfera civil. Internet. Engajamento cívico.

---

1. Introdução

Não há país em que as associações sejam mais necessárias, para impedir o despotismo dos partidos ou a arbitrariedade do príncipe, do que aquele em que o estado social é democrático.
Alexis de Tocqueville ([1840] 2005: 223)

Esta máxima de Tocqueville, proferida em tempos de abundância de associações cívicas no continente americano, hoje tem inibido o sono de uma não pequena porção dos estudiosos que se ocupam da teoria e prática democráticas. O motivo de tal inquietação é binário. Reside, por um lado, no pressuposto assumido por tais pesquisadores, segundo o qual as chances de êxito dos cidadãos comuns diante das instituições políticas e sociais tornar-se-ão significativamente maiores "onde houver conexões sociais intensas e envolvendo uma grande quantidade de membros da comunidade, onde se partilhem valores sociais como a confiança nos outros e o sentido de reciprocidade" (Gomes, 2007: 1). Soma-se, por outro

---

[1] Trabalho apresentado no GT Internet e Política, do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte – MG, 2007. Este trabalho reconhece as contribuições obtidas do Grupo de Pesquisa em Internet e Democracia e é grato por elas.

[2] Graduado em Comunicação Social e mestrando vinculado à Linha de Pesquisa em Cibercultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Facom/Ufba. Bolsista Capes.

lado, à crescente percepção generalizada, mas que ultimamente vem adquirindo consistência na forma de pesquisas empíricas, do declínio do volume e da intensidade do engajamento cívico e da participação política em importantes Estados de regime democrático.

Sobre esta questão, não há estudo publicado com maior notoriedade, devido ao rigor e à minúcia da investigação, do que aquele produzido por Robert Putnam e apresentado em seu célebre livro *Bowling Alone: the collapse and revival of american community* (2000). A primeira parte do livro foi dedicada exclusivamente à sustentação da tese do declínio do engajamento cívico e da participação política na sociedade americana, onde foram reunidas evidências colhidas a partir do exame de uma variedade de dimensões da vida social[3], cada uma destas comportando um número de variáveis, cuja oscilação nos índices ao longo do tempo permitiria notar alterações no clima social. Ao fim e ao cabo, Putnam consegue demonstrar claramente, através de dados quantitativos e de análises provenientes de sondagens, a trajetória descendente da vida cívica norte-americana e, por conseguinte, do estoque de capital social[4] ao longo do último quarto do século XX.

Putnam (2000: 31-47) examina a dimensão da *participação política*, enquanto envolvimento dos cidadãos americanos com a política e com o governo, a partir da aferição de seis aspectos atinentes à vida pública. O primeiro deles é a taxa de registro dos votos em eleições presidenciais, que Putnam nota ter decaído em 25% entre 1960 e 1996, embora as condições para o exercício do voto tenham sido ampliadas e aprimoradas ao longo destes anos. Índice este que, diga-se de passagem, aplica-se também às eleições locais. Em seguida, observa que o conhecimento acerca do mundo político e o interesse em buscar informações sobre os assuntos públicos declinaram em 20% entre os anos de 1975 e 2000, ainda que as fontes de informação e o acesso à educação formal, sobretudo ao ensino superior, tenham proliferado no mesmo período. No que concerne ao engajamento em partidos políticos, a despeito do alargamento e da profissionalização destes, os dados indicam um decréscimo de 40% nos últimos 30 anos, considerando-se a identificação com os organismos partidários e a participação em atividades de campanha. Em relação ao quarto e quinto aspectos, participação comunitária e outras atividades políticas locais, o déficit permanece, tendo diminuído o volume de cidadãos que participam de encontros (-35%), partidários ou não, que concorrem a cargos públicos (-15%) e que atuam como membros de organizações políticas locais (-40%). Finalmente, o autor nota que a depressão aflige também as formas de expressão pública, sendo os abatimentos nas taxas de disposições dos cidadãos em assinar petições (-22%) e em escrever para os seus representantes (-23%) os mais significativos.

---

[3] A rigor, são sete as dimensões da vida social analisadas por Putnam (2000), a saber: (a) participação política; (b) participação cívica; (c) participação religiosa; (d) envolvimento em organizações relacionadas ao trabalho; (e) laços sociais informais; (f) altruísmo, voluntariado e filantropia; (e) reciprocidade, honestidade e confiança. Para o bem da fidelidade ao propósito deste trabalho, somente alguns aspectos da obra de Putnam serão considerados mais detidamente aqui.

[4] *A noção de capital social assumida por Putnam se forma a partir de certo grau de analogia com as noções, anteriormente estabelecidas, de capital físico e capital humano. "Capital físico" refere-se a ferramentas e equipamentos, "capital humano", a treino e habilidades... "capital social" se refere a alguns aspectos da organização social que facilitam a coordenação e a cooperação dos indivíduos proporcionando-lhes, em razão disso, benefícios mútuos* (Gomes, 2007: 2). Os aspectos aos quais se refere são as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança social (Putnam, 2000: 19).

O quadro não se torna mais aprazível quando é examinada a dimensão da *participação cívica* (2000: 48-64), isto é, o nível de engajamento dos cidadãos americanos em toda espécie de associações e organizações voluntárias. As anotações de Putnam a este respeito são, no mínimo, intrigantes. Conforme demonstra o autor, o volume de organizações sem fins lucrativos aproximadamente triplicou nos Estados Unidos entre os anos de 1968 e 1997, ao passo que o volume de participação dos cidadãos nestas organizações declinou significativamente. A explicação posta à mesa é simples. Certamente houve uma explosão no número de associações voluntárias nacionais, contudo tratam-se, em sua maioria, de organizações especializadas em advocacia social, concentradas nalgum quarteirão vizinho àquele das principais instituições do governo e demandando apenas o esforço dos seus associados ao assinar um cheque – o nível de intensidade de participação exigida é mínimo. Diferem, portanto, daquelas organizações produtoras de capital social, que se espraiam pelo corpo social com o intuito de congregar seus membros e de invocar sua participação efetiva, esta sim sua real base de sustentação – e que, por sinal, estaria em vias de extinção. Pois, quando o assunto é o grau de envolvimento dos cidadãos, os dados sopram contra a corrente das associações: entre 1975 e 1999, 20% a menos de indivíduos participaram formalmente (*i.e.* exerceram alguma função) nas organizações, investiram 20% menos do seu tempo mensal às atividades de tais associações e aproximadamente 50% a menos de cidadãos envolveram-se ativamente nestes grupos (*i.e.* exerceram a liderança e participaram das reuniões). Donde se pode inferir que, não obstante a proliferação de associações voluntárias no país, o volume de engajamento cívico e o estoque de capital social hoje beiram a escassez.

Descrito o cenário, aduzidas as evidências, o motivo ainda permanece em clausura. Por que, nos últimos 30 anos, a fábrica da vida comunitária americana começou a despencar constitui um mistério que Putnam se propõe elucidar à maneira dos antigos romances policiais:

> É um mistério clássico, com um *corpus delicti*, uma cena de crime repleta de indícios e muitos potenciais suspeitos. Como em toda boa história de detetive, contudo, alguns plausíveis culpados possuem álibis impecáveis e alguns indícios importantes aludem a desfechos portentosos que ocorreram muito antes das cortinas levantarem. Ademais, como no *Assassinato no Expresso do Oriente* de Agatha Christie, este crime pode ter mais de um perpetrador, de modo que deveríamos distinguir os líderes dos cúmplices[5] (2000: 184; tradução minha).

Decerto, a culpa recai sobre os ombros de muitos e outra parte do livro é dedicada inteiramente à demonstração desta tese. Entre os indiciados, encabeçando a lista dos mais procurados[6], a televisão. O primeiro passo, conforme o método de investigação, seria

---

[5] O método de investigação adotado por Putnam é sóbrio, mas não totalmente fidedigno. Quanto aos suspeitos, é como se o crime ocorresse na ocasião de um jantar, onde todos os convidados estariam potencialmente envolvidos. De posse desta lista, bastaria apenas verificar quais deles apresentam uma substantiva correlação através do tempo e espaço com declínios no engajamento cívico (2000: 185). Correlação, entretanto, não prova a causalidade, ou seja, seria preciso ainda considerar a possibilidade de o fator explicativo ser um resultado, e não a causa, do desengajamento cívico (2000: 188).

[6] A lista, em ordem crescente de culpabilidade, é constituída por: fatores ainda desconhecidos (5%), pressões do tempo e busca por dinheiro (10%), mobilidade e dispersão dos indivíduos (10%), televisão (25%) e mudanças geracionais (50%). Entretanto, aproximadamente 15% da mudança geracional podem ser atribuídos à televisão e ao surgimento da tal "geração TV", o que ampliaria, desse modo, a parcela de culpa da televisão

verificar sua correlação com o engajamento cívico, e Putnam consegue demonstrar, a seu modo, que o volume de engajamento cívico nos Estados Unidos decresce à medida que o consumo de entretenimento pela televisão aumenta (2000: 230). O passo seguinte, então, buscaria compreender de que modo se estabelece tal correlação e Putnam, mais uma vez, apresenta evidências para três hipóteses neste sentido. Primeiro, a TV disputaria o ócio de sua audiência, ou seja, aqueles que gastam mais seu tempo livre na frente da televisão estão menos propensos a participar em outras atividades, pois lhes falta exatamente tempo (2000: 237). Segundo, a televisão reforçaria alguns efeitos psicológicos que inibem a participação, isto é, quanto maior for o tempo investido na televisão, sobretudo em programas de entretenimento, maior será a propensão destes indivíduos à letargia e à passividade (2000: 238-42). Terceiro, alguns conteúdos específicos da televisão prejudicariam as motivações cívicas, o que significa dizer que aqueles que gastam mais tempo com noticiários de TV seriam mais ativos na comunidade, enquanto os que gastam mais tempo com novelas, *game shows* e *talk shows* seriam menos ativos (2000: 243).

Finalmente, o último passo, porém o mais difícil, consistiria em demonstrar a direção de causalidade (afinal, as pessoas participam menos *porque* assistem mais televisão ou assistem mais televisão *porque* deixaram de participar?). A este respeito, Putnam também oferece três argumentos. Primeiro, nota que a epidemia de desengajamento cívico começa pouco mais de uma década depois da difusão da televisão na sociedade americana. Portanto, no quesito idade, a TV é mais antiga. Segundo, observa que a geração mais jovem, aquela que cresceu com a televisão e que está mais habituada ao seu uso, é menos engajada do que as gerações que a precederam. Ademais, Putnam apresenta ainda uma pesquisa conduzida na década de 70 que corrobora sua hipótese. De acordo com este estudo, que teve a oportunidade singular de acompanhar o processo de inserção da televisão em uma pequena comunidade no norte do Canadá, houve um considerável declínio do engajamento cívico entre os habitantes a partir da introdução da TV no local (2000: 235). É, portanto, pendurado nestes indícios que Putnam acredita poder afirmar sua hipótese de que a televisão seria uma das causas, e não apenas uma conseqüência, do desengajamento cívico.

Este quadro teórico-metodológico cuidadosamente pintado por Putnam tem excitado a imaginação de muitos pesquisadores do campo das Humanidades. A bem da verdade, estudos buscando uma saída para o problema da apatia política já fervilhavam muito antes da publicação do referido livro. Contudo, especialmente nos últimos anos, o volume da literatura que trata da correlação entre Internet, de um lado, e engajamento cívico e participação política, de outro lado, cresceu vertiginosamente. A conjectura é simples: se um determinado *medium* (televisão) solapa o engajamento é provável que outro, com diferentes características, restaure-o. Soma-se a isto o fato de o próprio Putnam ter considerado, mas não sem antes conservar uma boa dose de ceticismo, a internet como uma contracorrente ao desengajamento cívico por não encontrar evidências que sugiram o contrário (2000: 180). No entanto, nota-se que, conforme prosseguem as pesquisas, o acesso à internet não tem mobilizado politicamente os indivíduos (ao menos, não de forma expressiva), mas ao invés disso tem ofertado uma nova porta para aqueles já engajados adentrarem o jogo político. Mas o que parece ser pouco pode, na verdade, significar muito, e este estudo se ocupa exatamente disto: tentar compreender as novas oportunidades digitais e sua relevância num meio ambiente desfavorecido de engajamento cívico.

---

para 40% (2000: 283-84).

Não será dado um passo nesta direção sem antes reconhecer o percurso sinuoso das pesquisas sobre internet e participação. Como foi dito, o volume da literatura sobre o assunto hoje é muito vasto e, por razões de tempo e espaço, não será tratado aqui de modo mais cuidadoso e detalhado, entretanto algum ponto de partida há que ser demarcado. Logo em seguida, retoma-se o caminho para a compreensão dos meios e oportunidades que a internet oferta aos atores da esfera civil e finda avaliando a relevância destes meios e oportunidades para o engajamento cívico.

2. Internet e participação civil

O tema da participação civil retornou vigorosamente à pauta da teoria política entre as décadas de 70 e 80 do século passado, momento em que seus níveis curiosamente começaram de fato a despencar no interior de algumas sociedades democráticas. Dada as condições já muito conhecidas em que o jogo político é disputado atualmente, este tema logo montou parceria com aquele da comunicação de massa e, especificamente, da internet. No início, a discussão encontrou-se polarizada entre utópicos e pessimistas. De um lado, os mais otimistas acreditavam que a Internet poderia ser usada para ampliar as oportunidades para a troca de idéias e informações, para debater sobre questões socialmente relevantes e mobilizar o público, além de permitir que as pessoas pudessem ser mais ativas junto aos governos. Por outro lado, os mais céticos argumentavam que o imenso e rápido fluxo de informações acabaria dificultando a distinção entre aquelas que seriam verdadeiras, relevantes, qualificadas, de outras que não são; que ao invés de unir ou aglutinar, a Internet poderia dividir a nação em frações cada vez menores e mais especializadas; e que a apatia política provém da formação de um público atualmente desinteressado e desinformado e, portanto, o uso da Internet para fins políticos poderia ser não-produtivo de qualquer modo (Hill e Hughes, 1998: 2-3).

Aos poucos, foi sendo incorporado ao debate um pool de pesquisas empíricas, bem no estilo anglo-americano, que provocou algo semelhante a uma seleção natural entre as especulações, isto é, aquelas mais parrudas resistiram e tornaram-se hipóteses consistentes, outras foram adaptadas ou simplesmente desapareceram. Como se sabe, o trajeto percorrido por estas pesquisas é longo, não-retilíneo e perigoso e não cabe retomá-lo num estudo desta dimensão. O que será ofertado a seguir, entretanto, é uma visão por atacado das hipóteses empiricamente verificadas sobre os prováveis impactos da internet na participação civil.

Internet, capital social e o engajamento cívico

A relação entre engajamento cívico e capital social, entendido como redes sociais e normas de reciprocidade e confiança mútua compartilhadas entre elas, é estabelecida como numa espécie de círculo virtuoso. Em outras palavras, isto significa dizer que o capital social é, ao mesmo tempo, reagente e produto do engajamento cívico. Quanto maior o volume e a intensidade do engajamento cívico em uma dada sociedade, maior será o estoque de capital social disponível que pode ser empregado para ampliar a produtividade, individual ou coletiva. Por outro lado, quanto mais um indivíduo acumula e usufrui os benefícios procedentes do capital social, por mais tempo deverá permanecer engajado, uma vez que as

normas de reciprocidade e confiança pressupõem uma compensação do beneficiário na forma de cooperação.

Daí decorre a conjectura de que é possível avaliar as conseqüências do uso da internet para o engajamento cívico através do exame e mensuração dos efeitos que provoca ao acúmulo de capital social. Mas quais seriam estes efeitos? De que modo a internet interfere no tal capital social? E com que intensidade? Estas são algumas das questões concebidas por pesquisadores e para as quais os estudos sobre o assunto não têm ofertado respostas tão empolgantes. Eis, então, um sumário.

1. *O uso da internet pode adensar as networks*. As redes sociais referem-se aqui tanto às relações informais, estabelecidas com amigos, vizinhos e familiares, como àquelas estabelecidas em ambientes organizacionais ou comunitários. No que as concerne, os estudos demonstram que o uso da internet não aumenta, nem diminui, mas suplementa o estoque de capital social ao permitir uma extensão dos níveis de contatos já estabelecidos previamente face-a-face (Wellman *et al,* 2001: 450). Sobre as relações informais, os dados indicam que os indivíduos que freqüentemente visitam seus amigos, seus familiares, enfim mantém amplos círculos sociais, estão mais propensos a gastar mais tempo na internet mantendo contato com seus entes queridos, sobretudo os que residem mais próximos (Wellman *et al,* 2001: 444; Uslaner 2004: 229). Quanto ao envolvimento organizacional, nota-se também um efeito suplementar da internet, ou seja, quanto maior o envolvimento das pessoas em organizações off-line, maior será o envolvimento delas em atividades on-line correlacionadas (Wellman *et al,* 2001: 446).

   De modo geral, estes estudos demonstram haver uma correlação positiva entre a intensidade de uso da internet e a densidade de redes sociais. Contudo, é bem verdade que os resultados não são conclusivos e facilmente questionáveis. Primeiro, tem-se a impressão de que os autores consideram a internet como se fosse um bloco monolítico e parecem desprezar que os diferentes recursos e ferramentas poderiam produzir outros efeitos. Justiça seja feita, parte da culpa deve-se à escolha do banco de dados analisado, que geralmente não possuem um leque de variáveis compatíveis com a dimensão e o objeto da pesquisa. Segundo, há ainda o problema da direção de causalidade que, enquanto não for resolvido, não permite distinguir quem é o sujeito passivo da história.

2. *A internet não interfere na desconfiança generalizada*. A confiança social é um aspecto essencial para a fluência da vida cívica e, durante os últimos 30 anos, seus níveis têm declinado consideravelmente na sociedade americana (Putnam, 2000: 134). As pessoas, hoje, confiam menos umas nas outras e no governo. Entretanto, os estudos sugerem que a internet não pode fazer nada quanto a isso. Em primeiro lugar, não é perceptível alguma diferença significativa quanto à propensão ao uso da internet entre aqueles que confiam mais e os que confiam menos (Uslaner, 2000: 63). Segundo, nota-se que as pessoas que normalmente são mais confiantes permanecem neste estado ao usarem a internet (*i.e.* estão mais dispostas a assumir riscos on-line, como usar o cartão de crédito e abrir e-mails desconhecidos), enquanto aquelas que já são desconfiadas continuam desconfiando quando

conectadas à rede (Uslaner, 2004: 239). Finalmente, os dados indicam que as experiências positivas ou negativas na rede não afetam significativamente o nível de confiança social das pessoas, ou seja, mesmo que alguém tenha sua senha do e-mail roubada, não se tornará menos confiante por isto (Uslaner, 2004: 239).

3. *O uso da internet pode promover 'bonding social capital'*. Putnam (2000: 22) propõe uma distinção entre *bridging* e *bonding* capital social. Conforme sua proposta, *bridging networks* seriam aquelas redes sociais que aglutinam pessoas com diferentes características, *backgrounds*, valores e de diversos lugares, enquanto *bonding networks* referem-se à outras redes sociais compostas por grupos homogêneos, exclusivos e voltados para si. Estas últimas podem vir a ser péssimas à democracia desde que, no interior de sociedades pluralistas, se tornem extremamente intolerantes. O que os dados analisados sobre o uso da internet dizem a este respeito é que, em geral, esta tecnologia permite o contato com os dois tipos de rede, mas com uma ligeira tendência a reforçar os laços do tipo *bonding* do que os do tipo *brigding* (Norris, 2002: 7). Isso implica afirmar que as pessoas quando usam a internet para participar de uma comunidade ou para buscar informações tendem a preferir aquelas que coincidem com seus interesses, expectativas e opiniões, ou na expressão americana, *like-minded*.

4. *Usos diferenciados da internet produzem efeitos também diferenciados*. E se forem consideradas as diversas condições de uso da internet, o grau de interferência no estoque de capital social sofrerá alteração? A internet não é um *medium* monolítico, antes possui diversos recursos, ferramentas e instrumentos que utilizados em muitas formas podem provocar reações as mais variadas. Shah *et al* (2001: 154) observaram que, quando considerado genericamente, o uso da internet apresenta uma correlação positiva, ainda que muito fraca, com o engajamento cívico e a confiança interpessoal. Porém, quando considerados tipos específicos, o uso da internet apresenta links significativos e sistemáticos com a produção de capital social. Especificamente, os autores notaram que o uso da Internet para a *recreação social* (*i.e.* participação em *Chat rooms* e games) esteve negativamente relacionado ao engajamento cívico e à confiança em outras pessoas, enquanto o uso da Internet para a *troca de informações* (busca de informações e envio de e-mails) teve um impacto positivo nas duas variáveis. Ademais, esta diferenciação ocorre não apenas considerando a diversidade de tipos de uso, mas também de usuários. Em outras palavras, as correlações entre o uso da Internet para a troca de informações e o engajamento cívico e a confiança foram mais significativas entre aquela geração mais jovem (Shah *et al,* 2001: 155).

Daqui por diante, os itens refletirão aquelas preocupações mais diretamente vinculadas aos prováveis efeitos da internet sobre o engajamento cívico.

5. *Quem participa afinal?* Uma parte da literatura tem se dedicado a examinar os efeitos da internet na participação civil através da comparação de aspectos demográficos entre a população de internautas e o público em geral. Parte-se da suposição de que o uso da internet por certos indivíduos permitiria reduzir algumas diferenças no quadro geral de participação que se referem a questões de renda,

educação formal, gênero e faixa etária. Se de fato ficar demonstrado a subtração em alguma dessas diferenças, então haverá indícios que nos conduzam a inferir uma correlação entre uso da internet e o engajamento, já que grupos de indivíduos, que antes não participavam, passaram a fazê-lo utilizando a rede.

Em relação à *renda* e aos níveis de *educação* formal, no entanto, não há muito que se discutir. O que os estudos indicam, do mais antigo (Hill e Hughes, 1998: 29) a um mais recente (Weber *et al*, 2003: 31), é que os indivíduos que usam a internet para fins políticos, geralmente, têm renda maior do que a média e possuem pelo menos uma graduação. Dados estes que não diferem muito da participação off-line. Mesmo entre o público em geral, o nível de educação formal, por exemplo, tem demonstrado ser uma variável significativa no que se refere à participação (Weber *et al*, 2003: 31; Bimber, 1999: 416).

No que toca às questões de *gênero*, os dados parecem indicar um alargamento das diferenças, antes que uma redução. As análises de *surveys* americanos propõem que os homens estão mais propensos a usar um computador, a conectar-se à internet e a permanecer mais tempo on-line do que as mulheres (Fuller, 2004: 946). Ainda que não se refira estritamente à participação, aqui já se tem indícios de um *gap* de gênero proporcionado pela internet, uma vez que não reflete a mesma proporção presente na população americana, onde o número de mulheres é maior (Hill e Hughes, 1998: 29). Quando o uso da internet para promover o envolvimento político é considerado, os dados apontam uma ligeira vantagem a favor dos homens. Mesmo que em muitos outros aspectos a intensidade de uso permaneça semelhante, os homens estão um pouco mais propensos a usar a internet para buscar informações políticas freqüentemente e para comunicar-se com seus representantes (Fuller, 2004: 947; Bimber, 1999: 416).

O quadro não parece melhorar tanto quando a variável passa ser a faixa etária dos internautas. É sabido, desde que Putnam anunciou pelo menos, que as gerações mais jovens são as menos envolvidas politicamente, entretanto são as que mais povoam a internet. Tornaram-se mais engajados por conta disto? Bem, ainda não há indícios suficientes para fornecer uma resposta que satisfaça esta questão. O que se sabe é que os jovens engajados têm uma predileção um pouco maior pelo uso da internet no que se refere ao envolvimento político quando comparados aos indivíduos com idade mais avançada, que preferem meios tradicionais (Delli Carpini, 2000: 348; Bimber, 1999: 417). Em suma, os jovens no geral permanecem desengajados, mas aqueles que participam também o fazem pela internet.

6. *A internet não mobiliza, apenas reforça a participação*. Duas hipóteses têm concorrido, embora não sejam excludentes, para interpretar os efeitos do uso da internet sobre a participação. Por um lado, a hipótese da mobilização sustenta que a internet, devido às suas características estruturais e circunstanciais, poderia insuflar o engajamento, na vida pública, de indivíduos e grupos marginalizados. De outro lado, a hipótese do reforço propõe que os recursos da internet, no que toca o envolvimento com a política, seriam utilizados principalmente para ampliar as chances de participação daqueles que já estariam previamente engajados.

A chave metodológica para apoiar uma ou outra conjectura, entretanto, é descobrir a direção de causalidade da correlação positiva que há entre o uso político da internet e o engajamento cívico. Trocando em miúdos, é preciso saber se as pessoas começaram a participar mais da vida política *porque* usaram a internet para este fim ou se usaram a internet para participar *porque* já faziam antes através de outros meios. Por enquanto, os indícios extraídos de dados analisados por algumas pesquisas pendem para a hipótese do reforço (Norris, 2000: 7; 2003: 43; Scheufele e Nisbet, 2002: 69). Esta suposição torna-se mais plausível quando considerados também as informações provenientes de dados demográficos: o perfil daqueles que participam on-line, em geral homens, bem educados, entre 30 e 40 anos e com renda acima da média, assemelha-se muito com o perfil daqueles que participam off-line. Quando muito, o efeito de mobilização aparece ainda de modo pouco significativo diante do efeito de reforço observado (Stanley e Weare, 2004: 521).

7. *A esfera política não está aberta à participação*. Pode-se razoavelmente aventar a suposição de que as pessoas não participam simplesmente porque o sistema político permanece enclausurado. Em sua maioria, os governos têm adotado projetos de democracia digital num modelo instrumental que busca sobretudo melhorar a eficiência da gestão, reduzir a burocracia e estabelecer um contato mínimo (geralmente através do e-mail) entre os sujeitos envolvidos. Num estudo que investigava o uso da internet pelos governos de capitais brasileiras para fomentar a participação democrática, Silva (2005: 465) concluiu que as esferas governamentais ainda promovem uma democracia digital elementar baseada na informação e na prestação de serviços públicos em formato *delivery*. Apoiado noutro estudo sobre o uso da Internet nos parlamentos dos países da OECD (*Organisation for economic co-operation and development*), Castells sugere que:

> Governos em todos os níveis usam a Internet, sobretudo como quadro de avisos eletrônico para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real. Parlamentares costumam ter seus próprios websites, mas não lhes dão excessiva atenção, seja no seu design ou em suas respostas às solicitações dos cidadãos. Suas respostas são elaboradas por membros de sua equipe, em geral pouco diferem das que costumavam dar a cartas por escrito (2003: 128).

Estas informações apenas insinuam, no entanto, que o sistema político não tem colaborado muito e que de fato isto pode dificultar o interesse pela participação. Porém, não há vestígios sugerindo que projetos de governos eletrônicos mais participativos sejam capazes de atrair, num número significativo, mais indivíduos do que aqueles que já estariam predispostos ao engajamento.

Apenas mais duas observações sobre o que dizem tais estudos, além do que já foi explicitado. Em primeiro lugar, há os que falam em correlação, mas não em causalidade. É importante deixar claro isto, pois, mesmo que seja possível demonstrar a existência de uma relação significativa entre as variáveis, nenhum deles traz evidências suficientes que sugiram o uso da internet como o responsável pelos efeitos. A pesquisa social desta natureza geralmente estagna neste ponto. Segundo, muitos destes estudos têm ofuscado o brilho da internet diante de outros meios de comunicação, mostrando que em se tratando de alguns

aspectos ela não difere tanto da televisão, por exemplo. Isto não quer dizer, por outro lado, que a internet é de todo maléfica ou simplesmente neutra, mas apenas que não é milagrosa.

Motivos, meios e oportunidades

Examinado sob uma perspectiva global, o mosaico constituído pelas pesquisas empíricas sobre internet e participação política despejaram um balde de gelo no entusiasmo daqueles mais otimistas. Seus principais resultados indicaram até este momento que a internet tem contribuído minimamente para o acúmulo de capital social, tão pouco tem mobilizado os indivíduos desengajados politicamente e, se muito, tem reforçado o engajamento daqueles que já participavam. Mas não poderia ser de outra maneira, dado o modo como problematizam a questão. Evidentemente, respostas são oferecidas em virtude das indagações que são elaboradas e, por muito tempo, os pesquisadores questionaram em que medida a internet aumenta ou diminui, mobiliza ou desmobiliza, aspectos referentes à participação até perceberem que o aumento e a mobilização resultam na verdade da motivação.

Para ficar na analogia entre a investigação científica e a investigação criminal que Putnam insinuou, pode-se dizer que um bom investigador sabe que para perpetrar um crime o sujeito precisa ter os motivos, os meios e as oportunidades necessários e que, portanto, o culpado estaria entre aqueles que possuem os três requisitos. Em outras palavras, um sujeito não teria condições para cometer um crime, mesmo apresentando os motivos para tal, se estivesse desprovido dos meios e oportunidades para fazê-lo, como do mesmo modo não poderia realizá-lo, ainda que tivesse em mãos os meios e a seu alcance a oportunidade, sem ter motivo algum. No que diz respeito à participação política, o raciocínio não parece ser diferente. Os indivíduos estarão mais propensos a participar em atividades políticas e cívicas se estiverem de posse dos motivos, meios e oportunidades necessários para fazê-lo, de modo contrário muito provavelmente não o farão. Porém, mais importante ainda é reconhecer que a internet, enquanto conjunto de recursos ou dispositivos tecnológicos (hardware e software) que permite o tráfego e o estoque de informações entre computadores interconectados e a comunicação entre seus usuários, não dá conta de incutir a motivação, isto é, apenas limita-se a oferecer os meios e oportunidades para a participação civil.

Não obstante, há quem sustente a hipótese de que a internet interferiria também na motivação dos indivíduos à participação. Argumenta-se, por exemplo, que algumas características inerentes à internet, como a vocação para o acúmulo de informações e a flexibilidade e facilidade em acessá-las, reduziriam o tempo e os custos de acesso e deixariam as pessoas mais motivadas ao exercício de atividades políticas. Isto porque para fazer acontecer a participação, o indivíduo precisaria, no mínimo, de informações sobre sua natureza e seus procedimentos. Ainda assim, a busca por algum tipo de informação política no denso e extenso cortiço que é a internet pressupõe ao menos uma pré-disposição ao engajamento. Neste sentido, pode-se sugerir que a facilidade em acessar informações políticas parece revelar-se mais como um meio para efetivar a participação civil, enquanto que a disponibilidade das mesmas constitui uma oportunidade. Por sua vez, a motivação necessária não viria da internet, porém, conforme sugere Delli Carpini (2000: 343), seria derivada de outras fontes, tais como: “o sentimento de que é uma responsabilidade sua

fazê-lo; a satisfação que brota da participação com outros por um objetivo comum; a identificação de um problema público que lhe afeta ou aos mais próximos; e a crença de que seu envolvimento fará a diferença". A lista sem dúvidas não pára por aqui, mas deixa claro que a internet não seria, *per se*, um agente politicamente motivador.

3. Meios e oportunidades digitais para o engajamento cívico

A internet, portanto, lida com a oferta de meios e oportunidades digitais para a participação. Contudo, não se compra uma tese como esta de graça. Pelo contrário, aceitá-la incorre ao menos duas guinadas metodológicas. A primeira diz respeito ao modo como é problematizada a questão da participação política na internet. O foco agora sai dos efeitos para os usos que os indivíduos fazem dos meios e oportunidades à disposição e para as conseqüências que decorrem disto. Parte-se do suposto, portanto, de que os efeitos serão resultado da equação estrutura *mais* formas de uso. Se de fato "as formas de uso afetam a internet, e elas são diversas, não fica claro que 'efeito' a internet tem, motivo pelo qual *uso* é foco de análise mais apropriado do que *efeito*" (Salter, 2005: 191). A premissa aqui é bem simples e razoável: diferentes efeitos são produzidos por diferentes formas de uso. Daí decorre a necessidade do estudo mais minucioso das diversas experiências de atividades políticas na internet.

Por sua vez, esta necessidade nos conduz conseqüentemente à segunda guinada, que se refere ao método de investigação. Os dados quantitativos, sobretudo aqueles providos por amplos *surveys*, são ótimos para provar correlações entre variáveis, propor generalizações e, em alguns raros casos, até para identificar a direção de causalidade. Entretanto, são frios, distantes e deixam escapar por entre os poros valiosas informações de fenômenos pouco expressivos numericamente. Neste sentido, a perspectiva dos modos de uso abre uma brecha para as análises qualitativas. As especificidades, as vantagens ou desvantagens, as conseqüências e os efeitos positivos ou negativos dos diversos modos de uso político da internet não podem ser percebidos com a devida clareza no atacado, somente no varejo. Mais especificamente, constitui o quadro elementar de preocupações as questões referentes ao modo como os meios e oportunidades são usados, por quem são usados, com que finalidade e por que, em qual contexto, suas conseqüências e seus efeitos. Tais respostas dificilmente viriam sob o manto dos números.

> Ao invés de tentar mensurar se a internet aumenta a capacidade de comunicação ou não (nível de participação), as pesquisas deveriam investigar quais modos de participação política são afetados e de que maneira (estilo de participação). Mais ainda, a forma como a internet é usada por diferentes modos de participação política não é apenas uma questão técnica... Isto implica uma necessidade de investigar o papel dos contextos políticos e sociais nos quais o uso da internet é moldado (Polat, 2005: 454; tradução minha).

Quando o foco passa a ser as formas de uso, o leque de possibilidades de pesquisas se abre imensamente. Não faltam experiências digitais no que concerne ao engajamento cívico, estimuladas tanto pela esfera política quanto pela esfera civil. Longe de pretender esgotar a lista de possibilidades e ainda mais de pretender analisar detidamente cada uma delas, será apresentado logo em seguida alguns dos modos como a internet tem sido usada pela esfera civil para alcançar fins políticos. Eles estarão organizados a partir dos seus propósitos.

Visibilidade

Ouviu-se muito da literatura que a internet seria um repositório alternativo e imenso de informações e que devido à sua estrutura indivíduos e grupos da esfera civil tornar-se-iam também responsáveis por prover parte deste estoque. A visibilidade aqui, portanto, adquire este tom, isto é, diz respeito à disseminação de idéias, informações e opiniões a um público mais amplo. Esperava-se que sobretudo aqueles já engajados, porém marginalizados e silenciados pelos meios de comunicação tradicionais, utilizassem os recursos e ferramentas da internet para tornarem públicas suas idéias e sentimentos. Entre as prováveis razões para tal, estaria a possibilidade de intervir na agenda de discussão pública, ou seja, nas oportunidades de agendar questões e de oferecer argumentos em defesa de suas posições. Ao se fazerem visíveis, indivíduos e grupos, antes marginalizados, poderiam novamente ocupar um assento na mesa e participar do jogo político.

A este respeito, a experiência pela qual passou os mexicanos parece ser bem ilustrativa. A rebelião Zapatista foi fruto de um processo de unificação de forças entre as comunidades indígenas da região de Chiapas, cansadas de serem alvos de forte opressão e de exploração pelo governo nacional mexicano, e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que, entre outras demandas, defendiam a autonomia política local. Em meados de 1994, o EZLN tentou produzir uma ação mais direta contra o governo emergindo das selvas e adquirindo o comando de várias cidades em Chiapas. Por sua vez, o governo nacional mexicano procurou tomar algumas medidas que visavam isolar completamente o movimento e impedir sua expansão: primeiro buscou, através do uso da força militar, contê-lo na região de Chiapas; depois, do ponto de vista ideológico, utilizou os meios de comunicação de massa para limitar o volume e distorcer as notícias sobre o movimento (Cleaver Jr, 1998: 625). Dessa maneira, praticamente ilhado, o EZLN encontrou através do uso da internet um modo de circular, inclusive internacionalmente, as informações sobre o movimento e o andamento da rebelião e impedir seu extermínio através do uso da repressão em larga escala pelo governo mexicano sem que o mundo tomasse conhecimento. Os benefícios trazidos pela visibilidade alcançada através do uso da internet foram ainda maiores do que o esperado. Além de contribuir para o provimento de novas informações e opiniões sobre os Zapatistas, também: (a) permitiu a formação de uma rede de apoio ao movimento e de uma rede de aliados, contando com organizações de apoio às lutas indígenas do mundo inteiro; (b) ampliou os espaços e o público das discussões sobre temas e questões relacionados ao movimento; (c) facilitou a organização de encontros internacionais; e (d) tornou-se instrumento importante na realização de plebiscitos nos momentos em que os Zapatistas buscavam apoios sobre a direção que seus esforços políticos deveriam tomar.

Outra circunstância interessante é aquela que envolve a China. Há algum tempo, o governo chinês vem tomando uma série de medidas com o intuito de garantir o controle das novas tecnologias de comunicação e evitar que movimentos organizados de oposição ao regime brotem da sociedade. Primeiro, desenvolveram uma sofisticada infra-estrutura tecnológica, conhecida como *Great Firewall*, que permitiu bloquear o acesso aos websites considerados subversivos ou prejudiciais e monitorar as atividades dos usuários on-line (Qiang, 2003: 71). Segundo, estabeleceram uma série de regras para regular os direitos e deveres dos provedores de Internet e seus usuários e para censurar conteúdos provenientes de redes

internacionais. Desde 1996, dezenas de regulamentações referentes a serviços e usos da Internet têm sido promulgadas por diversas agências do governo (Yang, 2003b: 459). Terceiro, agentes do governo têm utilizado os chamados filtros, programas capazes de detectar determinadas palavras-chave e de bloquear o envio das mensagens, para gerenciar os sistemas de *bulletin boards*. Em alguns casos essa vigilância é feita por indivíduos, os *hosts*, designados para circular entre os BBSs mais populares com a obrigação de monitorar e censurar mensagens prejudiciais ou, em último caso, fechar o fórum (Yang, 2003b: 459).

Ainda assim, teóricos freqüentemente têm afirmado que o uso da internet na China promoveu a formação de espaços públicos on-line (*chatrooms, newsgroups, listservs, bulletin boards* etc) onde indivíduos e grupos sociais podem disseminar informações, trocar argumentos sobre questões públicas e construir novas identidades coletivas (Qiang, 2003: 74; Yang, 2003b: 461). Notam também que o Estado chinês tem encontrado dificuldades para controlar as discussões on-line, pois ao mesmo tempo em que muitos fóruns são fechados, outros começam a surgir, tornando o processo de monitoramento e controle uma cruzada sem fim (Zheng e Wu, 2005: 522). Algumas estratégias, tais como utilizar websites não-políticos para discutir sobre questões públicas ou utilizar os websites do próprio governo, foram adotadas pelos participantes com o intuito de preservar as discussões. De fato, o interesse dos cidadãos em manter ativos estes espaços deve-se a algumas conseqüências decorrentes do seu uso. Por exemplo, os fóruns de discussão on-line oferecem a oportunidade de trazer para a atenção e o debate públicos questões ignoradas pela comunicação de massa, ou seja, compor uma agenda pública alternativa; também permitem que indivíduos e grupos periféricos, mais sensíveis para detectar e identificar novas situações problemáticas, possam articular-se em torno de questões sociais; além disso, desempenham um papel importante na supervisão dos assuntos de governo e da vida pública, inclusive expondo casos atinentes a sérios problemas burocráticos (Yang, 2003b: 461-65). Algumas notícias censuradas pelo governo adquirem tamanha notoriedade devido à disseminação através da internet que inclusive pressiona os meios tradicionais a realizar a cobertura do fato[7]. É neste sentido, porém em outro contexto, que Downey e Fenton (2003: 198) sugerem existência de uma contra-esfera pública[8] através da internet, ou seja, um domínio social onde circulam discursos ignorados pelos meios de comunicação tradicionais.

Adensamento das redes de comunicação

A própria estrutura tecnológica básica da internet, ela mesma uma rede mundial de computadores, tem permitido a proliferação de outras redes (de informação, cívicas,

---

[7] *A recent example is an expose of corruption within the Hope Project, China's largest charity, which is operated by the Communist Youth League. The story was censored by the Guangzhou weekly* Southern Weekend*, but a journalist sent the report to overseas Internet media, which distributed it online. Such censored stories are now routinely distributed through email, chat rooms, and other methods, and they eventually find their way back into China. Once the story has reached the public via the internet, the offcial media often feels pressure to report the story themselves. Thus, due to increasing pressure from internet sources, the tradicional media has been more responsive in reporting sensitive stories* (Qiang, 2003: 73).

[8] A idéia subjacente aqui compartilha da premissa de que os meios de comunicação de massa controlam uma significativa porção da esfera de visibilidade pública hoje, por onde circulam um grande volume de mensagens e informações. A expressão *contra-esfera pública* é usada para referir-se à circulação de informações e mensagens em uma parcela da esfera de visibilidade que é acessada por outros meios que não a comunicação de massa tradicional.

comunitárias, de terrorismo). Cogitava-se aqui que indivíduos e grupos locais utilizariam essa estrutura para organizar redes de comunicações mais amplas, vencendo as limitações de tempo e espaço, com os propósitos políticos de consolidar alianças, reunir apoio e trocar informações. Ademais, estas redes funcionariam também como novos ambientes onde pudessem dar prosseguimento a uma parte da discussão pública e construir novas comunidades e identidades. O fenômeno clássico aqui é aquele das comunidades virtuais.

Um tipo específico dessas comunidades digitais, originadas a partir da década de 80, são as redes de cidadãos ou *citizen networks*, na expressão americana, que em sua maioria eram comunidades locais que migraram para a internet. Sua formação deve-se sobretudo à busca por novas oportunidades de auto-organização e de exercício da vida cívica empreendidos por organizações locais pré-internet, de um lado, e à preocupação de governos locais em fortalecer sua legitimidade através de uma maior participação dos cidadãos nos assuntos públicos, de outro lado.Portanto, estes projetos estão vinculados, em geral, a instituições e organizações locais e/ou governos municipais, podendo variar desde uma simples *web page* da administração da cidade até meios mais eficientes de tornar a informação política disponível àqueles que usam a internet, de permitir a participação dos cidadãos no processo de decisão e de encorajá-los a organizar grupos de interesses e alianças comunitárias. Desse modo, constituem-se como fontes privilegiadas de informações sobre as autoridades e associações cívicas locais e possibilitam a troca horizontal de informações e o debate eletrônico entre os participantes das redes (Castells, 2003: 119).

Muitos projetos de redes de cidadãos surgiram na década de 90 nos Estados Unidos e na Europa. De acordo com Tambini (1999: 307), entre os 200 *web sites* de cidades americanas que estavam on-line em 1996, cerca de 50 já desenvolviam algum tipo de projeto de rede cívica. Uma das primeiras iniciativas foi o *Public Eletronic Network* (PEN), desenvolvido em Santa Monica, que buscava permitir a todos os cidadãos o direito de acessar as informações e o debate sobre as questões políticas da cidade. Na Filadélfia, foi criado por uma comunidade de ativistas o *Neighborhoods Online,* um centro de recursos na internet que visava facilitar o acesso a informações sobre questões relevantes ao fortalecimento das comunidades locais, ajudar as organizações cívicas a ter acesso a internet e fortalecer a cidadania encorajando a formação de grupos e o desenvolvimento de iniciativas dos cidadãos (Tsagarousianou, 2000: 237). Em 1994, surgiu o projeto *Minnesota e-democracy*, cujo objetivo era desenvolver um espaço público on-line para que os cidadãos pudessem participar de uma discussão aberta sobre questões públicas “concretas” relacionadas àquela localidade (Dahlberg, 2001). Na Europa, uma das mais conhecidas iniciativas é a Cidade Digital de Amsterdã, que originalmente consistia em um projeto para estabelecer um diálogo eletrônico entre o conselho municipal e os cidadãos de Amsterdã e, posteriormente, foi expandido numa comunidade em rede que fornecia recursos informacionais e capacidade de comunicação livre entre seus usuários (Castells, 2003: 121). Outro projeto, o de Bologna, utilizava e-mails padronizados, quadro de avisos e listas de discussão para permitir que indivíduos e organizações pudessem contribuir para o debate sobre questões locais acerca da educação, planejamento, transporte e outros temas relacionados (Tambini, 1999: 308).

Ademais, poderia ser considerado ainda neste tópico (como no da visibilidade) o fenômeno das redes alternativas de informações. O uso da internet permitiu uma vasta proliferação de websites de notícias alternativas que, a exemplo do *Independent Media Center*, além de divulgar informações negligenciadas pelos meios de comunicação tradicionais, defendem e organizam os esforços de outros grupos. Mais ainda, este tipo de mídia alternativa tem se tornado um valioso meio através do qual alguns intelectuais, jornalistas e outras figuras públicas podem suas opiniões livremente. O principal recurso que estes atores sociais têm utilizado para divulgar suas notícias, informações e opiniões sobre assuntos que lhes interessam é o weblog[9]. E ainda que em sua maioria este recurso seja utilizado como diários pessoais, onde são descritas as experiências cotidianas para satisfazer os desejos hedonistas e narcisistas típicos da cultura contemporânea, houve, nos últimos anos, um considerável aumento no número de blogs jornalísticos e políticos e na sua capacidade de exercer alguma influencia na agenda de outros meios de comunicação e no processo de construção da decisão política (Kahn e Kellner, 2003: 92).

Apoio às organizações

Argumentou-se bastante que a coordenação das ações e atividades de organizações poderia ser aprimorada a partir do uso da internet. Através de seus recursos e dispositivos, grupos sociais poderiam usufruir novas oportunidades de recrutamento de participantes e voluntários, captar novas fontes de apoio financeiro, informar sobre suas ações, organizar encontros, reuniões, conferências, passeatas e protestos em dimensões mais amplas ou mesmo desenvolver novas formas de pressão, contenção e protesto políticos.

Em alguns casos, o uso da internet tem oferecido condições para o cultivo de novas formas de mobilização, protestos e conflitos, tais como a ciberguerra e o "hacktivismo". De acordo com Castells (2003: 131), governos e sociedades tornaram-se mais vulneráveis a estes tipos de conflitos devido à crescente dependência em relação às redes avançadas de comunicação, daí o motivo de sua proliferação. O termo ciberguerra refere-se a uma nova forma de conflito militar que visa à destruição da infra-estrutura do inimigo a partir das tecnologias de informação, enquanto ciberterrorismo refere-se ao ataque premeditado e politicamente orientado a sistemas de informação, programas de computadores e dados, o qual resulta também em violência contra civis (Karatzogianni, 2004: 47; Embar-Seddon, 2002: 1034). Já o "hacktivismo", por sua vez, diria respeito a uma forma específica de conflito social baseada na realização de protestos eletrônicos como uma forma de contestar a dominação e a repressão (Langman, 2005: 68).

Em outras situações, o uso da internet têm apenas contribuído para ampliar a extensão e a intensidade de atividades de organizações já existentes. As ONGs mais tradicionais, por exemplo, têm utilizado a Internet principalmente para obter apoio à manutenção da organização, para produzir apelos e como um instrumento para a captação de recursos. Outras mais radicais utilizam a tecnologia para estimular a participação de membros em

[9] *As of October 2006, Technorati was tracking 57.3 million blogs, up from 26 million in January. On average 75,000 new blogs are created every day. There are about 1.2 million posts daily, or about 50,000 blog updates an hour. Many bloggers update their blogs regularly: against a usual belief, 55% of bloggers are still posting 3 months after their blogs are created. Again, according to Technorati, the blogosphere in 2006 was 60 times bigger than in 2003, and doubles every six months* (Castells, 2007: 247).

listas de discussão e quadros de avisos eletrônicos, onde podem compartilhar suas histórias, oferecer e buscar conselhos e gerar novas idéias para o ativismo (Brainard e Siplon, 2000: 67). Ademais, sob um governo de regime autoritário, o uso da Internet pode oferecer condições-chave para a organização de protestos políticos, como por exemplo: pode ajudar na disseminação de informações, na formulação de metas e estratégias, na identificação de oponentes, na reunião de aliados e voluntários, na busca por apoio na comunidade internacional e na organização dos eventos de protestos, tudo isto rapidamente, a um baixo custo e sem correr riscos pessoais graves (Yang, 2003b: 469).

Mudança estrutural

Recorrente em parte desta literatura é a idéia de que o uso da internet não apenas auxiliaria a organização de movimentos sociais, como também poderia modificar significativamente sua estrutura tornando-os diferentes de suas experiências pregressas. Argumenta-se que o uso das novas tecnologias de comunicação possibilitaria aos ativistas globais organizarem-se em uma estrutura de redes compostas por muitos centros ou *hubs,* que de forma alguma assumem papéis de liderança. No decorrer de uma campanha, por exemplo, alguns destes *hubs* podem vir a adquirir um papel significativo no desenvolvimento das atividades, contudo sem perder a liberdade de poder migrar para outras redes quando lhes for conveniente. Quando algo desta natureza ocorre, a campanha não é interrompida devido ao processo de decapitação, pois outro *hub* surge para ocupar o lugar vago (Bennett, 2003: 146). Portanto, os movimentos sociais baseados no uso da internet são constituídos por meio de "redes mobilizáveis", descentralizadas, não controláveis e que atuam como estruturas para a coordenação de estratégias e táticas de resistência. Liderança, quando existe, é tipicamente mais fluída, efêmera e democrática (Langman, 2005: 55).

> Um ambiente mais complexo e mais rico em informações facilita a comunicação dirigida e a organização especializada. Um custo mais baixo da informação reduz a necessidade de organizações largas, inflexíveis e burocráticas que se beneficiam da economia em larga escala e da acumulação de recursos e permite, em seu lugar, organizações mais flexíveis e especializadas. Novos grupos e organizações formados para durar por um único esforço político ou evento cívico pode crescentemente substituir as entidades mais tradicionais e institucionalizadas como organizadores do engajamento cívico (Bimber, 2000: 332).

Deste modo, torna-se mais fácil organizar alguns tipos de campanhas de curta duração ou mesmo permanentes, cujo adensamento das redes é proporcionado pelos fracos laços ideológicos que permitem que diferentes perspectivas políticas convivam sem os conflitos que geralmente criariam em coalizões centralizadas. Em outras palavras, a estruturação em rede possibilitaria a reunião de diversas organizações ativistas em torno de um objetivo comum, ainda que possam discordar acerca de suas motivações.

No que diz respeito às campanhas através do uso da internet, o exemplo do movimento de oposição ao Acordo Multilateral sobre Investimentos (em inglês, MAI) é um dos mais comentados. O MAI surgiu em um contexto de profunda integração econômica entre os países desenvolvidos, de ampliação dos investimentos estrangeiros e de crescente atuação de empresas domésticas em territórios além das fronteiras de seus Estados. Entretanto, o crescimento dos mercados transnacionais freqüentemente era impedido por diversas

restrições e regulamentações governamentais e pela falta de uma estrutura multilateral que permitisse ampliar as negociações. O principal objetivo do MAI portanto, visava estabelecer uma estrutura multilateral para regras de investimentos, que promovesse, entre outros aspetos, a proteção destes investimentos e uma profunda liberalização (Deibert, 2000: 259). Este acordo, endossado pelos ministros do G7 em meados da década de 90, foi desenvolvido pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) que, na época, contava com a participação de 29 países membros.

Contudo, um conjunto de objeções emergiu da sociedade civil centrando em questões como a diminuição da soberania do Estado e o crescimento do poder e direitos das corporações transnacionais. Não tardou, então, para que um grande número de grupos sociais, dispersos principalmente entre os países membros da OECD, utilizassem a internet para organizar um movimento global anti-MAI que, em 1998, conduziria ao fim do andamento do processo na OECD. O uso da internet, neste sentido, teria contribuído ao menos de três modos: primeiro, a internet foi crucial para a troca rápida de informações e para as discussões sobre o tema entre os participantes do movimento anti-MAI, que de outro jeito dificilmente conseguiriam reunir-se numa força coesa; segundo, a internet ofereceu um lugar privilegiado para a publicação de informações e de interpretações sobre o MAI para a ampla comunidade de seus usuários; e, por fim, a internet foi utilizada como uma ferramenta para exercer pressão direta sobre políticos e outros funcionários de governos. Por exemplo, muitos sites anti-MAI forneciam e-mails de parlamentares e representantes do Estado, enquanto outros incluíam até um modelo de carta que poderiam ser enviadas com apenas um “click” (Deibert, 2000: 261).

4. Últimas reflexões

O que indica tudo isso? Quando confrontados, a abordagem das formas de uso apresenta indícios mais animadores do que aqueles da abordagem dos efeitos. Por exemplo, enquanto este último sugere que o uso da internet pouco ou nada contribui para o acúmulo de capital social entre os cidadãos, o primeiro demonstra como o uso da internet ampliou as oportunidades de resistência da rebelião Zapatista no México. Levando-se em consideração que estas oportunidades foram ampliadas devido ao apoio e solidariedade que adquiriu em todo o mundo através das redes de trocas de informação, o que teria sido isto senão alguma forma de acúmulo de capital social? (Ou teria sido de capital físico? Ou capital humano?) Algo semelhante teria que ter ocorrido para que uma mobilização de grupos e indivíduos conseguisse impedir a realização de um acordo financeiro entre 29 países desenvolvidos. Portanto, talvez isto tudo queira indicar que os efeitos mais significativos provenientes dos usos da internet não possam ser percebidos a partir de uma perspectiva totalizante.

Aqueles pesquisadores que têm se dedicado ao estudo dos efeitos do uso da internet, e que parecem compartilhar do desespero de Putnam quanto ao desengajamento cívico, buscam uma resposta para seus problemas que a internet não pode oferecer. Estas pesquisas, em grande medida, estiveram fadadas ao insucesso. Por sua vez, a abordagem dos modos de uso parte da premissa de que a internet não mobiliza, mas cuida da oferta de meios e oportunidades para o engajamento. Neste sentido, o foco passa a ser os indivíduos e grupos já engajados, os modos como se apropriam dos recursos à disposição e os resultados que são obtidos em decorrência destes usos.

Há, no entanto, que se desmontar uma armadilha. Porque as experiências são escolhidas no varejo, a abordagem dos modos de uso geralmente apresenta resultados positivos no que diz respeito à relação entre internet e engajamento cívico. Isto pode conduzir a uma inferência equivocada, e em oposição à abordagem dos efeitos, de que a internet é a solução para todos os males que se abatem sobre a vida cívica contemporânea. Todas as experiências citadas até aqui sugerem que diferentes modos de apropriação dos meios e oportunidades oferecidas pela internet conduzem necessariamente a efeitos dos mais diversos. Contudo, é preciso estabelecer uma distinção mínima entre estes efeitos: primeiro, há aqueles que são positivos e os que são negativos e, segundo, há aqueles que recaem sobre os próprios indivíduos e grupos usuários e os que recaem sobre a democracia e a vida pública. Como os modos de uso são os mais variados, indivíduos podem utilizar a internet para obter resultados extremamente proveitos para si, porém completamente prejudiciais para os demais. Estas experiências também precisam ser analisadas sob a perspectiva dos modos de uso e confrontadas com outras experiências, se pretende obter um quadro mais coerente com realidade.

A despeito do que diz a abordagem dos efeitos, a internet parece contribuir muito para a efervescência da vida cívica contemporânea. Suas contribuições, entretanto, referem-se à ampliação dos meios e oportunidades digitais para se efetivar a participação. Buscou-se mostrar aqui vestígios destas contribuições organizados em quatro dimensões: Primeiro, ela permite o relativamente livre tráfego entre grupos e indivíduos do bem mais precioso da sociedade em rede, a informação. Segundo, ela fornece o ambiente de conexão capaz de unir as organizações em rede e de gerar espaços para a troca de idéias e argumentos, que por sua vez, geram um domínio social no qual discursos, antes ignorados pelos *media*, acessam uma porção da esfera de visibilidade pública. Terceiro, os grupos sociais encontraram nos dispositivos da Internet formas menos dispendiosas, mais cômodas e mais rápidas de organizar ações coletivas. Por fim, a Internet permitiu que algumas organizações adquirissem uma estrutura mais flexível, policêntrica e democrática, ao invés de estruturas rígidas, centralizadas e hierarquizadas como a de seus predecessores. Mais esforços devem ser empregados, contudo, no sentido de avaliar, a partir das experiências, os resultados específicos dessas contribuições para as democracias.

Referências

BENNETT W. Lance. (2003) Communicating Global Activism: Strengths and vulnerabilities of networked Politics. *Information, Communication & Society* 6:2 2003 143–168.

BIMBER Bruce (2000) The Study of Information Technology and Civic Engagement. *Political Communication,* 17:329–333, 2000

_____. (1999) The Internet and Citizen Communication With Government: Does the Medium Matter? *Political Communication,* 16:409–428, 1999

BRAINARD Lori A.; SIPLON Patricia D. (2002) The Internet and Ngo–Government Relations: Injecting Chaos into Order. Public Administration and Development, 22, 63–72.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003.

_____. *O Poder da identidade*. 5 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999b.

_____. (2007) Communication, power and counter-power in the network society. *Internacional Journal of Communication*, 1, p. 238-266.

CLEAVER JR, H.M. (1998) The Zapatista effect: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric. *Journal of International Affairs*, 51(2), p.621-640.

DAHLBERG, L. (2001). Extending the public sphere through cyberspace: the case of Minnesota e-democracy. *First Monday*, 6(3).

DEIBERT, R.J. (2000) Internationl Plug n' Play? Citizen Activism, The Internet, and Global Public Policy. *International Studies Perspectives,* 1, p.255-272.

DELLI CARPINI, Michael X. (2000) Gen.com: Youth, Civic Engagement, and the New Information Environment. *Political Communication,* 17:341–349, 2000

DOWNEY, J.; FENTON, N. (2003) New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, 5(2), p.185–202.

EMBAR-SEDDON, Ayn. (2002) Cyberterrorism: Are We Under Siege? *American Behavioral Scientist*, 45, p. 1033-1043.

FERBER, Paul; FOLTZ, Franz; PUGLIESE, Rudy. (2005) The Internet and Public Participation: State Legislature Web Sites and the Many Definitions of Interactivity. *Bulletin of Science Technology Society*, 25, p. 85 - 93.

FULLER, Jill E. (2004) Equality in Cyberdemocracy? Gauging Gender Gaps in On-Line Civic Participation. *Social Science Quarterly*, 85 (4), p. 938-957.

GOMES, Wilson. (2005). Internet e participação política em sociedades democráticas. *Famecos*, 27 (3), p. 58-78.

_____. (2007). Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. (no prelo).

HILL, Kevin A; HUGHES, John E. *Cyberpolitics*: citizen activism in the age of the internet. Lanham: Rowman & Littlefield publishers Inc, 1998.

KAHN, Richard; KELLNER, Douglas. (2004) New Media and Internet Activism: From the 'Battle of Seattle' to Blogging. *New Media Society*, 6, p. 87 - 95.

KRUEGER, Brian S. (2002) Assessing the Potential of Internet Political Participation in the United States: A Resource Approach. *American Politics Research*, 30, p. 476-498.

KARATZOGIANNI, Athina. (2004) The Politics of 'Cyberconflict'. *Politics*, 24(1), p. 46-55.

LANGMAN, Lauren (2005) From Virtual Public Spheres to Global Justice: A Critical Theory of Internetworked Social Movements. *Sociological Theory*, 23 (1), p. 42-74.

MACINTOSH, A. et al (2003) Electronic Democracy and Young People. *Social Science Computer Review*, 21(1), p. 43-54.

NORRIS, P. (2003) Preaching To the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. *Party Politics* 9(1), p. 21-45.

_____. (2002). The bridging and bonding role of online communities. *Press/Politics* 7(3): 3-13.

_____. (2000). Civic engagement. In: _____. *A virtuous circle*: political communication in post-industrial societies. New York: Cambridge University Press, 2000.

POLAT, Rabia K. (2005). The internet and political participation: exploring the explanatory links. European journal of communication, 20(4), 435-459.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

QIANG, X. (2003) Cyber speech. *Harvard International Review*, 25(2), p.70-75.

SALTER Lee. (2004). Structure and Forms of Use. A contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy. *Information, Communication & Society Vol. 7, No. 2, June 2004, pp. 185–206*

SCHEUFELE, Dietram A.; NISBET, Matthew C. (2002) Being a Citizen Online: New Opportunities and Dead Ends. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 7, p. 55 - 75.

SHAH, Dhavan V.; KWAK, Nojin; HOLBERT R. Lance. (2001). "Connecting" and "Disconnecting" With Civic Life: Patterns of Internet Use and the Production of Social Capital. *Political Communication,* 18:141–162, 2001

SILVA, Sivaldo P. (2005) Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, 2(11), 450-468.

STANLEY, J. Woody; WEARE, Christopher. (2004) The Effects of Internet Use on Political Participation: Evidence From an Agency Online Discussion Forum. *Administration Society*, 36, p. 503 - 527.

TAMBINI, D. (1999) New media and democracy. *New Media & Society,* 1(3), p.305-329.

TOCQUEVILLE, Alexis De. *A democracia na América:* Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Originalmente publicado em 1840).

TSAGAROUSIANOU, R. (2000). Eletronic democracy in pratice: one, two, three... countless variants. *Revista Hermes*, 26-27, pp. 233-246.

USLANER Eric M.. (2004). Trust, Civic Engagement, and the Internet. *Political Communication,* 21:223–242,

_____. (2000). Social capital and the net. *Communications of the ACM*, 43 (12): 60-64.

WEBER, Lori M.; LOUMAKIS, Alysha; BERGMAN, James (2003) Who Participates and Why?: An Analysis of Citizens on the Internet and the Mass Public. *Social Science Computer Review*, 21, p. 26-42.

WELLMAN, B. et al (2001) Does the Internet Increase, Decrease, or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment. *American Behavioral Scientist*, 45(3), p.436-455.

YANG, Guobin. (2003) The Internet and the Rise of a Transnational Chinese Cultural Sphere. *Media Culture Society*, 25, p. 469 - 490.

_____ (2003b). The Internet and Civil Society in China: a preliminary assessment. *Journal of Contemporary China* (2003), 12(36), August, 453–475

ZHENG, Yongnian; WU, Guoguang. (2005) Information Technology, Public Space, and Collective Action in China. *Comparative Political Studies*, 38, p. 507-536.